



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

## ESTADO DE MINAS GERAIS



### PROJETO DE LEI CM Nº 20, DE 28 DE OUTUBRO DE 2020

**Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 113.000,00 (Cento e treze mil reais) no Orçamento Vigente.**

Faço saber que a Câmara Municipal de Iturama, Estado de Minas Gerais, usando das atribuições que lhe confere o art. 114, inciso I do Regimento Interno e art. 37, inciso III da Lei Orgânica Municipal, por seus representantes aprovou, e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal abrir Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$. 113.000,00 (Cento e treze mil reais) para reforço da seguinte dotação orçamentária, no Orçamento da Câmara Municipal de Iturama, para o exercício de 2020.

01 – Poder Legislativo  
01 – Câmara Municipal  
02 – Administração  
01.031 – Ação Legislativa  
0001 – Legislativo Municipal em Ação  
1.0001 – Investimentos  
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente..... R\$. 113.000,00  
**TOTAL ..... R\$ 113.000,00**

Art. 2º A abertura do Crédito Adicional Suplementar que se refere o artigo anterior, terá como fonte de recursos, a anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

01 – Poder Legislativo  
01 – Câmara Municipal  
01 – Legislativo  
01.031 – Ação Legislativa  
0001 – Legislativo Municipal em Ação  
2.0001 – Manutenção das Atividades Legislativas  
3.3.90.14.00 – Diárias – Pessoal civil.....R\$. 30.000,00

01 – Poder Legislativo  
01 – Câmara Municipal  
01 – Legislativo  
01.031 – Ação Legislativa  
0001 – Legislativo Municipal em Ação



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

## ESTADO DE MINAS GERAIS



2.0001 – Manutenção das Atividades Legislativas

3.3.90.33.00 – Passagens e Despesas com Locomoção.....R\$. 18.000,00

01 – Poder Legislativo

01 – Câmara Municipal

02 – Administração

01.031 – Ação Legislativa

0001 – Legislativo Municipal em Ação

2.0002 – Manutenção das Atividades Administrativas

3.3.90.14.00 – Diárias – Pessoal civil.....R\$. 45.000,00

01 – Poder Legislativo

01 – Câmara Municipal

02 – Administração

01.031 – Ação Legislativa

0001 – Legislativo Municipal em Ação

2.0002 – Manutenção das Atividades Administrativas

3.3.90.33.00 – Passagens e Despesas com Locomoção.....R\$. 20.000,00

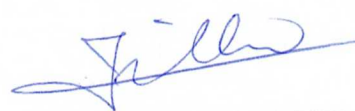
**TOTAL ANULAÇÃO ..... R\$ 113.000,00**

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Iturama/MG, 28 de outubro de 2020.

Mesa Diretora

  
**Adebaldio Borges de Freitas**  
Presidente

  
**Francisco Freitas Filho**  
Vice-presidente

  
**Dr. Sérgio Aparecido Alves Bento**  
1º Secretário

  
**Dr. Sebastião Tiago de Queiroz**  
2º Secretário

**A Comissão de Finanças, Justiça e**  
**Legislação para oferecer parecer.**  
Sala das Sessões, 03/11/2020

Presidente da Câmara

**A Comissão de Orçamento e tomada**  
**de contas para oferecer parecer**  
Sala das Sessões, 03/11/2020  
Presidente da Câmara

**Aprovado em**  **três discussões**

Por  **primeira**

Sala das Sessões em 03/11/2020

O Presidente

**ORDEM DOS DIAS DAS REUNIÕES**

18º R.Ord. EM 03/11/2020

VISTO DO PRESIDENTE

Av. Prefeito Juca Pádua, 235 - telefax (034) 3415-8500 e 3415-8543 - CEP 38280-000

A Sanção  
Sala das Sessões em 03/11/2020  
O Presidente





# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

## PROCURADORIA GERAL



### PARECER JURÍDICO

#### **PROJETO DE LEI Nº CM 20/2020 - AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 113.000,00 (CENTO E TREZE MIL REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE.**

De autoria da Mesa Diretora, em análise por esta Procuradoria Jurídica, visa abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente, para EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, no valor de R\$ 113.000,00 (cento e treze mil reais).

Verifico que é de exclusiva competência do Poder Legislativo propor projetos desta natureza, nos termos do inciso I, art. 51 da Lei Orgânica Municipal. Reproduzo:

#### **Lei Orgânica Municipal**

**Art. 51. É de competência exclusiva da Mesa da Câmara a iniciativa das leis que disponham:**

**I – autorização para abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;**

Devemos analisar o Projeto de Lei, com relação às vedações constantes do inciso V do art. 167 da Constituição Federal. Transcrevo:

#### **Constituição Federal**

**Art. 167. São Vedados:**

**V - A abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem infração dos recursos correspondentes.**

Verifico a classificação dos créditos adicionais conforme constante nos termos do inciso I, do art. 41, da Lei 4.320/64, vejamos:

#### **Lei 4.320/64**

**Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:**

**I – suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;**

Quando os créditos orçamentários, inclusive os créditos especiais, abertos e



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

## PROCURADORIA GERAL



aditados ao orçamento anual, são ou se tornam insuficientes, a legislação autoriza a abertura de créditos suplementares. Estes estão assim diretamente relacionados ao orçamento. Suplementam-se, pois, os créditos do orçamento anual.

Por último devemos ressaltar: “A autorização para créditos suplementares será feita em lei própria. Com isto se salvaguarda o princípio da prévia autorização e evita-se o abuso pelo Legislativo de abertura de créditos suplementares e especiais. A abertura dos créditos especiais e suplementares deve ser precedida de exposição justificativa e depende da existência e da indicação de recursos disponíveis e descomprometidos para acorrer à despesa”, conforme consta do inciso III, do § 1º, do art. 43 da Lei n.º 4.320/64, transcrevo:

### **Lei n.º 4.320/64**

**Art. 43. A abertura de créditos suplementares e especiais, depende da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa;**

**§ 1º Consideram-se recursos, para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:**

(...)

**III- os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei.**

A matéria não foi reservada a Lei Complementar, assim observo que a matéria pode ser aprovada por meio de Lei Ordinária, reproduzo:

### **Lei Orgânica**

**Art. 49. As leis complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal, observados os demais termos de votação das leis ordinárias.**

**Parágrafo Único. Serão leis complementares, dentre outras previstas nesta Lei Orgânica:**

**I – Código Tributário do Município;**

**II – Código de obras;**

**III – Código de Posturas;**

**IV – Plano Diretor;**

**V – lei instituidora do regime jurídico único dos servidores municipais;**

**VI – lei instituidora da Guarda Municipal;**

**VII – lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos;**

**VIII – Estatutos dos Servidores Municipais;**

**IX – normas Urbanísticas de Uso e Ocupação do Solo;**





# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

## PROCURADORIA GERAL



**X – todas as Codificações.**

Não vejo irregularidades no projeto em comento.

O projeto deve ser submetido à apreciação da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação e Comissão de Orçamento e Tomada de Contas, reproduzo:

### **Regimento Interno**

**Art. 68. Compete à Comissão de Finanças, Justiça e Legislação manifestar-se sobre matéria financeira, tributária e todos os assuntos entregues à sua apreciação quanto ao aspecto gramatical e lógico de todas as proposições submetidas à deliberação da Câmara, bem como elaborar a redação final das proposições aprovadas.**

**Art. 69. Compete à Comissão de Orçamento e Tomada de Contas, manifestar-se sobre matéria orçamentária, créditos adicionais, bem como sobre as contas do Prefeito e do Presidente da Câmara.**

O quórum das deliberações do projeto em questão, caso os vereadores deem prosseguimento, é de **MAIORIA SIMPLES**, conforme preleciona o art. 261 do Regimento Interno da Câmara Municipal, caso aprovado na Comissão Permanente, reproduzo:

### **Regimento Interno**

**Art. 261. As deliberações da Câmara são tomadas por maioria de votos, presentes mais da metade de seus membros, salvo disposições em contrário.**

O parecer não vincula as comissões permanentes nem reflete o pensamento dos edis, que deverão apreciar o presente Projeto de Lei.

Salvo melhor juízo, este é o parecer.

Iturama - MG, 01 de julho de 2.020.

David Tribolli Corrêa  
Advogado



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

ESTADO DE MINAS GERAIS



PARECER DA(S) COMISSÃO(ÕES) DA CÂMARA

PROJETO DE LEI CM Nº 20/2020 PARECER PARA 1ª DISCUSSÃO(ÕES)

**DENOMINAÇÃO: AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 113.000,00 (CENTO E TREZE MIL REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE.**

**AUTOR: MESA DIRETORA**

**COMISSÃO: FINANÇAS, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO**

Os membros da(s) Comissão(ões) após a apreciação e estudo do Projeto de Lei CM Nº 20/2020, enviado pelo Presidente da Casa, a esta pasta, resolveu: ser FAVORÁVEL como esta redigido, somos pelo parecer da matéria em apreciação que — preenche os requisitos da constitucionalidade e da legalidade, no seu texto original.

Dr. Sérgio Aparecido Alves Bento  
Presidente

03/11/2020

Ricardo Oliveira de Freitas  
Vice-Presidente

Renato José dos Reis  
Relator







**CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**PARECER DA(S) COMISSÃO(ÕES) DA CÂMARA**

**PROJETO DE LEI CM Nº 20/2020 PARECER PARA 1ª DISCUSSÃO(ÕES)**

**DENOMINAÇÃO: AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 113.000,00 (CENTO E TREZE MIL REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE.**

**AUTOR: MESA DIRETORA**

**COMISSÃO: ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS**

Os membros da(s) Comissão(ões) após a apreciação e estudo do Projeto de Lei CM Nº 20/2020, enviado pelo Presidente da Casa, a esta pasta, resolveu: ser FAVORÁVEL a aprovação no mérito do projeto como se encontra redigido.

Dr. Sebastião Tiago de Queiroz  
Presidente

Francisco Freitas Filho  
Vice-Presidente

Dr<sup>a</sup> Ana Lúcia Menezes Santos  
Relatora

